

Sinais da recessão 05 JUL 1989

Art. - econ.
José Alves da Silva

JORNAL DE BRASÍLIA

Como era de se prever, a economia do Distrito Federal já oferece indicativos de uma substancial redução no seu ritmo de geração de novos empregos. No primeiro trimestre de 1989, segundo dados da Lei 4.923/65, o incremento ao nível de emprego formal foi de apenas 0,05 por cento, o que significou a geração de somente 205 novas vagas. A comparação com o mesmo período de 1988 (8.347 novos empregos, 2,24 por cento), de 1987, (4.444 novos postos de trabalho, 1,18 por cento), e de 1986 (3.365 novas vagas, 0,94 por cento) revela que o decréscimo na criação de novas oportunidades de emprego é da ordem de 44,22% ou 89 vezes, nos três anos.

Essa enorme contração da geração de empregos o DF foi observada no setor de intermediação formal do Sine, que apenas conseguiu captar 2.217 vagas, no período, contra 3.485 vagas captadas no primeiro trimestre do ano passado, portanto uma redução da ordem de 36,38 por cento.

A par dessa retração, constata-se que a CEB — Companhia de Eletricidade de Brasília — registrou também decréscimo de 16 por cento no consumo industrial de energia elétrica nos primeiros três meses do ano. No País, a situação, como um todo, assume formas já delineadas de uma recessão, pe-

lo menos no tocante ao mercado formal de trabalho. Os dados mostram que, no primeiro trimestre de 1988, houve no Brasil um decréscimo no nível de emprego da ordem de 0,43 por cento, afetando mais diretamente os setores da construção civil (-3,06%), a administração pública (-1,01%) e a indústria de transformação (-0,54%).

A região Centro-Oeste, que vinha apresentando, nos últimos anos, um desempenho comparativamente bom, em função da expansão da sua agricultura e de sua agroindústria, foi afetada pela conjuntura negativa. Apontam-se como causas dessa retração a não implantação oficial de uma política econômica efetiva, o fracasso do Plano Verão e a política de juros reais altos que vem sendo seguida.

A estagnação da economia no Distrito Federal agrava o problema do descompasso entre a criação de novos empregos e o crescimento da população economicamente ativa, que, como se pode aferir dos dados do IBGE, aumenta 6,86 por cento a cada ano, crescimento que é o maior do País, superado apenas pelos índices de crescimento de Rondônia, uma região de fronteira econômica, em processo de expansão.

Se se projetar estas taxas para todo o ano de 1989, verificar-se-á que, em número

absolutos, o crescimento da população economicamente ativa do Distrito Federal levará cerca de 55 mil pessoas a buscarem uma colocação no mercado formal de trabalho do DF, o que significa que, em média, 13.750 candidatos a emprego surgirão a cada trimestre do ano. Como nos primeiros três meses de 89 só foram geradas 205 vagas, é fácil chegar à conclusão de que mais de 13.500 pessoas tiveram frustradas as suas expectativas de obtenção de um novo emprego.

Pode-se prever com isso um aumento significativo do mercado informal, o que já é um fato que se vem processando desde o final da década de 70. As consequências, em termos sociais, são visíveis: o quadro acarreta um incremento da pobreza, com o aumento de seus índices de criminalidade, proliferação da violência, das invasões, uma deterioração da qualidade de vida de maneira geral, deterioração do tecido social enfim.

Como nada indica que o País consiga estabilizar sua economia em curto prazo e retornar o crescimento ainda este ano, é bastante provável que logo cheguemos à explosiva combinação da recessão com a hiperinflação.

□ José Alves da Silva é coordenador do Sistema Nacional de Empregos/DF